



EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PROCURADORES DA REPÚBLICA,

**DR. PAULO DE TARSO MOREIRA DE OLIVEIRA PROCURADOR DA REPÚBLICA,
ITAITUBA/PA E DR. GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
6ª CÂMARA COORDENAÇÃO E REVISÃO DA PROCURADORIA GERAL DA
REPÚBLICA DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

Encontro Temático Xingu +
Brasília-DF, 2 de março de 2018.

Assunto: Pedido de apoio ao MPF para assegurar o cumprimento dos direitos indígenas, principalmente o direito de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CCLPI) ameaçados pela ferrovia Ferrogrão (EF-170).

Nós, povos indígenas, reunidos no Encontro Temático do Xingu Mais, nos dias 1º e 2 de março, em Brasília-DF, com a presença de representantes da Rede Xingu +, Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), Instituto Kabu, Instituto Raoni, Associação Indígena Yakiô, Associação Indígena Moygu da comunidade Ikpeng, debatemos, durante o encontro, sobre o futuro projeto de construção da Ferrogrão (EF-170), que vai ligar Sinop-MT aos portos de Miritituba-PA. Estamos preocupados com os impactos da obra e a forma como está sendo conduzido o processo de concessão da mesma.

Destacamos os impactos que atingirão e os que já têm atingido os povos indígenas e comunidades tradicionais. Com a construção da Ferrogrão, as fazendas produtoras de soja na região vão desmatar novas áreas, vão provocar assoreamento de rios e contaminação do solo pelo uso de agrotóxicos. Consequentemente haverá aumento de doenças e diminuição dos peixes e recursos alimentares. Haverá também pressão por criação de novas estradas para conectarem-se com a Ferrogrão e por aliciamento para arrendamento de Terras Indígenas, o que deve aumentar os conflitos entre parentes e entre não indígenas. Os impactos da ferrovia são em cadeia, ou seja, a valorização de estradas vicinais para escoamento da produção, por exemplo, vai trazer para próximo das aldeias a violência, o

comércio ilegal de madeira, garimpos, bebidas alcóolicas, etc. Em anexo, colocamos uma lista de impactos que sabemos que a ferrovia vai trazer.

Também sabemos que a Ferrogrão busca atender só os interesses das grandes empresas e grandes produtores de grãos, sem benefícios para os povos indígenas nem comunidades tradicionais da região.

Neste processo inicial de discussão política para a construção da Ferrogrão temos cobrado o direito de Consulta ao governo. O governo prometeu que iria fazer a Consulta, mas já sinalizou que não tem tempo para cumprir sua promessa. Assim, queremos construir em conjunto estratégias legais e políticas para cobrar o direito de Consulta, caso não houver o cumprimento da promessa.

Na Audiência Pública em Brasília (12 de dezembro de 2017) a ANTT fez um compromisso com os representantes indígenas do povo Kayapó, que realizaria a Consulta Prévia antes de encaminhar o processo de concessão ao Tribunal de Contas da União (TCU). Não obstante, até o momento, não aconteceu nenhuma ação por parte da ANTT para cumprir o acordo. A Agência informou ter prazo até abril para enviar o processo ao TCU, e por isso não terá tempo suficiente para realizar as Consultas aos povos afetados como o tinha prometido.

Já prevendo essa quebra de promessa, estamos elaborando documentos a serem enviados para as instituições interessadas na construção da ferrovia e para os nossos parceiros, para alertar que o governo não está levando em conta os nossos direitos. Se o processo entrar na fase de licitação sem o cumprimento do nosso direito à Consulta, continuaremos lutando e, se necessário, até na Justiça.

Em outros empreendimentos os nossos direitos nunca foram considerados e as obras foram construídas e estão em operação a revelia de nossos direitos. Queremos evitar que a Ferrogrão seja mais uma das obras que o governo constrói sem nos consultar, como a BR-242, a MT-322, a BR-163 e a UHE Belo Monte, entre tantas outras. Desta vez queremos que seja diferente e que nossa voz seja escutada e respeitada desde o início do processo.

Diante dessa situação, nós pedimos ao Ministério Público Federal que faça tudo o que esteja ao seu alcance para fazer respeitar o direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais ainda na fase atual de planejamento da ferrovia, e que seja principalmente garantido o direito de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado.

Atenciosamente